



O laicato na emergência do Regional Sul IV da CNBB: da centralidade à colegialidade eclesial em tempos de ditadura (1969-1975)¹

The laicacy in the emergency of the Regional South IV of the CNBB: from centrality to ecclesiastical collegiality in dictatorship times (1969-1975)

*Rogério Luiz de Souza**

*José Adilçom Campigoto***

*Edison Lucas Fabrício****

Recebido: 18/03/2019. Aprovado: 12/04/2019.

Resumo: O artigo examina o processo de transição e mudança da ação pastoral da Igreja Católica em Santa Catarina com a criação do Regional Sul IV da CNBB em pleno período da ditadura militar no Brasil. Este entusiasmo de renovação, baseado nas formulações do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, alertou sobre a importância de pensar o papel e a contribuição do leigo na própria ação pastoral da Igreja e sobre a importância de uma atuação no campo social, direcionadas, desde os primeiros dias, à reforma agrária e

* Doutor em História (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001). Pós-doutorado em Ciências Sociais (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, 2008). Professor titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e professor do Programa de Doutorado em Estudos Globais da Universidade Aberta de Lisboa.

E-mail: rogerklaumann@gmail.com

** Doutor em História (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000). Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

E-mail: ja.cam.pi@hotmail.com

*** Doutor em História (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019).

E-mail: edisonlucasf@hotmail.com

¹ Este artigo é resultado parcial da pesquisa financiada pelo CNPq.



ao bem-estar social da população em geral. No entanto, verificou-se a pouca efetividade desta ação, levando o próprio Regional a realizar diversas revisões da sua atuação pastoral. Outros movimentos de Igreja de correntes próximas aos valores da classe média brasileira parecem ter dispersado estas primeiras preocupações e estes objetivos iniciais, ficando a comissões específicas, criadas posteriormente como a CPT, a formalização destas ações.

Palavras-chave: *Regional Sul IV. CNBB. Regime militar. Ação pastoral. Laicato. Reforma agrária. CPT.*

Abstracts: *The article examines the process of transition and change of the pastoral activity of the Catholic Church in Santa Catarina with the creation of the Southern Region IV of the CNBB during the period of the military dictatorship in Brazil. This enthusiasm for renewal, based on the formulations of the Second Vatican Council and the Conference of Medellín, warned of the importance of thinking about the role and contribution of the lay person in the Church's own pastoral activity and the importance of an action in the social field, from the earliest days, to agrarian reform and to the social welfare of the population at large. However, the effectiveness of this action was not very effective, leading the Regional to make several revisions of its pastoral activity. Other Church movements of currents close to the values of the Brazilian middle class seem to have dispersed these first concerns and these initial objectives, leaving to specific commissions, created later as the CPT, the formalization of these actions.*

Keywords: *Regional South IV. CNBB. Military regime. Pastoral action. Laiccate. Land reform. CPT.*

1 Introdução

Nos fins dos anos 1960 e em pleno período da ditadura militar no Brasil, a Igreja Católica de Santa Catarina viveu um processo de mudança ao recolocar em discussão sua ação pastoral e o papel participativo e ativo do laicato, a partir das novas exigências do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín (1968). A morte do Arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, em 1967, marcou de algum modo o encerramento de um modelo pastoral desvinculado, aliás, dos propósitos inaugurados pela CNBB, criada em 1952, e permitiu dar os primeiros passos à fundação do Regional Sul IV. De fato, em 18 de março de 1969, acontece o primeiro encontro do episcopado catarinense e dos superiores provinciais de Santa Catarina em direção à formalização do Regional, realizado em Florianópolis no Provincialado das Irmãs da Divina Providência.

Em carta de 29 de julho de 1969, os bispos de Santa Catarina manifestaram à CNBB o desejo de construir um Regional próprio no



Estado. D. Aloísio Loscheider, em carta de 28 de setembro do mesmo ano, comunicava a aprovação unânime da proposta de criação do Regional Sul IV da CNBB, sendo que a instalação aconteceria em 02 de janeiro de 1970, sob a presidência do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara. Esse novo tempo consolidava o método de ação pastoral «ver, julgar e agir», tão caro à CNBB, e colocava a Igreja como instituição responsável também pelo destino do desenvolvimento social do Estado e, por consequência, do país.² Será neste contexto que o laicato catarinense foi chamado a participar e envolver-se oficialmente nesta estrutura de Igreja, constituindo-se em grupo de ação pastoral, propondo orientações para a própria Igreja e fazendo parte da sua composição. Começava-se a prezar por uma maior democratização das decisões, com maior participação dos leigos. É importante dizer também que nesse primeiro encontro do episcopado catarinense, além da presença de leigos especialistas da área da sociologia e da extensão rural, professores universitários, médicos e advogados (portanto, vinculados todos ainda a uma classe média letrada e de influência nos espaços políticos e institucionais), houve uma intensa participação das mulheres. Foram seis as religiosas presentes na reunião que decidiu pela criação do Regional Sul IV e pelas assembleias anuais, a maioria delas superiores das Irmãs Franciscanas, das Irmãs da Imaculada Conceição e das Catequistas Franciscanas. Elas participaram efetivamente das discussões da reunião como mostram as intervenções registradas nas atas. Eram os novos ventos do Concílio Vaticano II alcançando as terras catarinenses.

Podemos dizer que esta nova Igreja que nascia em Santa Catarina com o Regional Sul IV da CNBB apontava para uma novidade que não era estranha, de modo geral, à Igreja no Brasil das duas décadas anteriores, mas que estava muito aquém e pouco articulada ainda nas dioceses de Santa Catarina. Podemos afirmar que o governo de D. Joaquim de Oliveira e sua significativa força arquiépiscopal, baseada no princípio *primus inter paribus*, mostrava-se bem distante do momento emergencial de uma democracia mais ativa e participativa das décadas de 1950 e 1960, que permitira o aparecimento da CNBB e do Concílio Vaticano II e, conseqüentemente, a redefinição, ainda que gradual em alguns aspectos, da participação do leigo na Igreja. E esta postura centralizadora de D. Joaquim talvez explique, em certa medida, a dificuldade do episcopado catarinense em formalizar a criação de um Regional da CNBB

² REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 01.



com estatuto e objetivos bem claros e orientadores das ações pastorais. Repugnava-lhe o conceito de mandato popular e rejeitava a ideia de que todo o poder vem do povo e em seu nome é exercido. Isso lhe permitia rotular de democracia plena o Estado Novo de Vargas (1937-1945) e o regime militar nascido em 1964.³ E mesmo nos anos de 1960, já sem as forças da juventude, afirmava com todo o vigor do pensamento “que o apostolado leigo seria a passividade, o ouvir para depois viver; o leigo trabalha excepcionalmente devido à escassez do clero, exercendo uma honraria delegada, uma ação subordinada e dependente da hierarquia”.⁴ Ele vivera os últimos anos em debates acalorados com seu Bispo Coadjutor, D. Felício César da Cunha Vasconcelos, e não via com bons olhos as inovações operadas na Igreja. Esse ressentimento carregou consigo, afirmando que “os filhos cresceram. Cresceram todos, durante longo tempo, sob nosso humilde báculo. Hoje, tornaram-se autônomos. Mas uma coisa lhes falta: larga experiência e mesmo a responsabilidade”.⁵ Os novos ares do Concílio Vaticano II já eram impróprios para o Arcebispo. Teria dito mesmo que não seria capaz de governar a Arquidiocese nessas circunstâncias. Sua maneira de pensar lhe era algoz, pois buscava ainda dar coerência à realidade a partir dos seus referenciais de autoridade, hierarquia e verdade. Após a nomeação de D. Felício para o arcebispado de Ribeirão Preto, aceitou, como seu Arcebispo Coadjutor e Administrador Apostólico “sede plena”, D. Afonso Niehues. E sob a liderança de D. Afonso, o episcopado catarinense se aproximou das novas tendências da Igreja brasileira que vinham se delineando desde os anos 1950.

2 Antecedentes

A Igreja, após o governo ditatorial de Vargas, saiu fortalecida. Mais do que legitimar a ação do Estado, buscou penetrar na realidade brasileira, com a intenção de transformá-la e de orientá-la dentro de um plano de reformas, pautado na Doutrina Social da Igreja. Além disso, com o fim da Segunda Guerra Mundial a Igreja do mundo inteiro se viu sensibilizada para agir de modo mais engajado e integrado com as populações.

³ BESEN, José Artulino. *D. Joaquim Domingues de Oliveira: traços biográficos*, linha de pensamento, antologia. Florianópolis: IOESC, 1979. p. 50 e 51.

⁴ OLIVEIRA, D. Joaquim D. Gloria a Deus, paz na terra. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 de janeiro de 1961.

⁵ CARTA de D. Joaquim D. Oliveira ao Mons. Valentim Loch, Reitor do Seminário de Azambuja, Florianópolis 02 de março de 1965.



O Brasil apresentava uma má distribuição de renda. O atraso técnico do setor agrícola, a formação dos grandes latifúndios, o êxodo rural e a favelização eram efeitos do desinteresse e do descaso de uma classe dirigente despreocupada com o bem-estar social. Por isso, no entender da Igreja, uma visão dicotômica entre capital e trabalho levaria a situações de injustiça social. Ademais, o empobrecimento da nação poderia engendrar o esfacelamento dos laços sociais e harmônicos da sociedade, conforme os ensinamentos defendidos pela instituição católica. Portanto para a Igreja, a transformação social deveria ser harmoniosa. Alcançado um nível de riqueza através do empenho solidário e do comprometimento com a causa nacional, o justo equilíbrio do bem-estar seria conseguido por meio de um Estado preocupado em dirimir as questões trabalhistas, salariais, de produção e de preços.

Estamos diante da necessidade de uma transformação decisiva e urgente, isto é, da passagem para uma outra estrutura social em que a pessoa recupera toda a sua dimensão humana, no uso da liberdade e dos recursos correspondentes a um digno padrão (Mensagem da Comissão Central da CNBB, em 30-05-63). Sem pretender um exame exaustivo de todas as transformações, a mensagem da Comissão Central aborda as que parecem mais urgentes e mais atinentes aos problemas humanos: reforma agrária, empresarial, administrativa, eleitoral, tributária e educacional. É necessário, porém, que sejam autênticas reformas, capazes de criar as condições indispensáveis ao rápido desenvolvimento, e ajudem o povo todo a uma participação efetiva e funcional na construção, orientação e nos benefícios da comunidade nacional.⁶

Assim, um mínimo de bem-estar era necessário. Precisavam-se encontrar leigos solícitos aos reclames sociais e abertos à Doutrina Social da Igreja. Um plano de emergência institucional fazia-se necessário como suporte para a ação pastoral, como eixo central de orientação e como propulsor de grandes realizações e esperanças. E assim foi que a Igreja no Brasil esteve em todos os meios e na vida cotidiana, buscando transformar a realidade de forma decisiva e inadiável. Conforme Bernal, “a Igreja, diante da urgência das necessidades materiais das maiorias, assume uma série de iniciativas, consciente de suprir uma função supletiva, para superar as condições infra-humanas que impedem a evangelização. São ações que supõem grandes investimentos em dinheiro, pessoal, recursos

⁶ SECRETARIADO NACIONAL DA IGGREJA CATÓLICA BRASILEIRA. *Cadernos da ACB*. Documento Base. Rio de Janeiro, s. ed., 1964.



técnicos, etc., que superam as possibilidades da Igreja. Daí a solicitação da colaboração do Estado, ao qual, de fato, compete levá-las a cabo”.⁷

Com a realização do I Congresso Nacional da Ação Católica Brasileira em 1946, estabeleceu-se um Plano Nacional de Ação Social Católica, que tinha por fim básico a reestruturação econômica, social, política e espiritual da sociedade brasileira⁸. Em cada paróquia do Brasil deveria haver postos de puericultura, hospitais e ambulatórios e em cada capela uma escola. Em parceria com os governos estaduais, os bispos deveriam empenhar-se na melhoria das condições do homem do campo, dos serviços de saúde, da organização do trabalho e da educação técnico-profissional. Mas, será somente em 1952, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se normatizará a ação integrada da Igreja no Brasil.⁹

Neste momento, a Igreja percebia com clareza o problema social, mas não conseguia fazer uma análise consistente das causas e das contradições internas desse drama. Segundo Egidio Segna, “a linguagem da Igreja modernizante era fundada numa teologia tradicional dogmática de antes do Vaticano II. Em face dos conflitos evidentes entre as classes, a Igreja pregava a paz e a reconciliação dos extremos sem assumir as exigências da transformação: era uma Igreja desencarnada e irênica”.¹⁰ Ela continuava entendendo que só leigos cristãos no poder poderiam mudar a situação. Assim, entendia que a história seria feita por uma elite de heróis cristãos, que deveria alcançar objetivos comuns em prol da coletividade. Para Alceu Amoroso Lima, “se a elites brasileiras forem surdas às exigências da justiça social, continuando sibariticamente a desfrutar um perigoso mundanismo e a sobrepor o seu mundanismo e o seu bem próprio às aspirações justas das massas e ao imperativo do bem

⁷ BERNAL, Sérgio. *CNBB: Da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres*. São Paulo: Loyola, 1989. p. 47.

⁸ O Plano Nacional de Ação Social Católica foi elaborado durante o Primeiro Congresso Nacional da Ação Social Católica, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 31 de maio a 09 de junho de 1946. Coube à Comissão Episcopal da Ação Católica, integrada pelo Cardeal Jaime Câmara (Rio de Janeiro), Arcebispo Carlos Motta (São Paulo), Arcebispo Augusto da Silva (Salvador), Arcebispo Antônio Cabral (Belo Horizonte) e Bispo José Alves (Niterói), a convocação do Congresso e a aprovação das resoluções, votos, moções e planos de ação social.

⁹ Criada em 14 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro, a primeira Assembleia da CNBB ocorreu entre os dias 17 a 20 de agosto de 1953 em Belém do Pará. A Assembleia teve por finalidade organizar a ação integrada da Igreja no Brasil.

¹⁰ SEGNA, Egidio Vittorio. *Análise Crítica do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 97.



comum – veremos por longos anos o crepúsculo da liberdade, e muitos de nós não chegarão nem a vê-lo. [...] Torna-se cada vez mais urgente a ação de todas as camadas sociais, neste momento, mas de modo particular a ação das mais responsáveis, isto é, das chamadas elites: se estas não tomarem consciência imediata da responsabilidade que lhes cabe, serão arrastadas no turbilhão social”.¹¹

Adaptando sua ação pastoral ao novo tempo, a Igreja apresentava-se como arauto de uma nova era. Representando legitimamente a sociedade e mantendo uma estrutura paroquial que permitia o contato direto com aqueles que deveriam ser atingidos, esta Instituição colocou-se na militância, propondo a passagem de um modelo subdesenvolvido para um modelo racionalmente produtivo e desenvolvido. Não foi por acaso, após sucessivas tentativas de reforma social e de reestruturação da economia brasileira, que em 05 de abril de 1962 a V Assembleia Geral da CNBB aprovou um Plano de Emergência, segundo as orientações da carta apostólica de João XXIII *Ad Dilectos Americae Latinae Populos*, de 1961, que “pedia aos bispos que se esforçassem por mostrar aos governantes e a todos os responsáveis a urgência de uma reforma das estruturas sociais no sentido de uma promoção das massas subdesenvolvidas, que a hierarquia e a Igreja, num papel subsidiário, dessem a sua cooperação e este esforço de participação humana e tomassem no seu seio uma parte ativa”.¹²

Essa busca pela promoção das Nações subdesenvolvidas animava a Igreja para a ação integrada e conjunta com o Estado brasileiro, com os diversos setores da sociedade civil e com os movimentos elitistas. Era necessário que todos estivessem envolvidos nesta cruzada, apoiando, colaborando e cooperando. Essa busca pelo desenvolvimento deveria unir Estado, Igreja, empresários, intelectuais e trabalhadores numa ação sem conflitos e que seria alcançado através de objetivos comuns e de um projeto único, orgânico e integral. Conforme o historiador Raimundo Caramuru de Barros, “o desenvolvimento deveria ser um processo integral, envolvendo o homem todo e todos os homens, não poderia ser alcançado com base nas disparidades sociais e regionais”.¹³

¹¹ Alceu Amoroso Lima em entrevista ao Jornal do Brasil, 1963. In: BARBOSA, Francisco A. Op. cit., p. 69.

¹² Citado por ALVES, Márcio Moreira. *Igreja e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 72.

¹³ MARIAE, Servus. *Para entender a Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 108.



A ação engajada exigia o resgate de toda realidade. Não era simplesmente o resgate da realidade miserável, mas uma proposta de transformação de toda sociedade. A partir do método «ver-julgar-agir», a Igreja queria preparar o porvir. O método, utilizado pelos membros da Ação Católica, foi assumido pelos bispos e padres e assim se foi conseguindo uma aproximação mais objetiva da complexa realidade social e uma percepção de que o trabalho organizado e solidário seria o bastante para realizar o bem-estar necessário. A capacitação de seus agentes dar-se-ia por meio das ciências sociais que ofereciam os instrumentos adequados à observação e à classificação da realidade social. Isso proporcionaria uma ação mais abalizada e uma certeza de retomada definitiva rumo ao crescimento e ao desenvolvimento econômico-social.

A Igreja apresentava-se como Instituição representativa das vontades populares, uma espécie de elite elevada e sacral, de caráter firme, colocando-se como Instituição modelar da sociedade. Ela tinha a convicção sólida de que um povo só cresceria, aprimoraria e geraria um excedente produtivo competitivo se estivesse integrado solidariamente com um projeto comum, sustentado por princípios morais e culturalmente elevados e por diretrizes político-econômicas que intervissem na organização do trabalho e na racionalização da produção e que instaurassem a harmonia entre capital e trabalho, entre empresário e operário. Assim, conforme a encíclica *Pacem in Terris* de João XXIII, “a mudança social para maior justiça deveria ser progressiva e conduzida a partir do interior, o que excluía as reformas completas, os procedimentos quase revolucionários que queimaram etapas, o recurso à violência”.¹⁴

O fato da Igreja engajar-se na revisão das estruturas sociais, fez com que os seus agentes – bispos, padres, religiosos e leigos engajados – se colocassem diante de uma proposta reformista de sociedade, baseada na renovação cultural e na sistematização do trabalho social.

A criação da CNBB em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, contando com a presença de 20 arcebispos e do Núncio Apostólico, marcou a institucionalização da ação pastoral da Igreja no Brasil; foi uma tentativa de unir esforços e de dar soluções aos problemas brasileiros. A primeira Assembleia Geral Ordinária, reunida em Belém, de 17 a 20 de agosto de 1953, já apareceu com um Plano Nacional para estimular a reforma agrária; definir os estatutos da ACB; e criar um plano geral

¹⁴ João XXIII. *Pacem in Terris* (1962), citado por PORTELLI, Hugues. *Os Socialismos no Discurso Social Católico*. São Paulo: Paulinas, 1990. p. 56.



de atividades para o apostolado dos leigos.¹⁵ As Assembleias Gerais seguintes continuariam tratando do tema da reforma agrária e da condição do homem do campo. Era evidente que a situação dos camponeses tinha um lugar especial nas preocupações da Conferência, haja vista o fato de que a maioria das paróquias do país era rural e o contato e a influência dos padres com a realidade rural era maior do que na cidade.

A colaboração com o Estado permitiu à Igreja um acesso à esfera de decisão pública e uma parceria na execução de um projeto comum que visava à melhoria das condições materiais da população através da organização racional e solidária entre os setores produtivos da sociedade. À Igreja cabia a interferência explicativa e orientadora na realidade socioeconômica, não permitida ao fiel, que deveria seguir o que lhe era proposto. O relatório da Comissão Central da CNBB sobre *A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro* deixava claro: “a hierarquia tem consciência de sua missão perante os fiéis: a de orientar, disciplinar, corrigir, advertir traçar diretivas, com direito a ser escutadas, acatadas, não discutidas”.¹⁶ Dentro de uma visão eclesiológica que encerraria a posse da verdade e que representaria as vontades populares, a Igreja passou a interferir decisivamente na organização social. O Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, o Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, e o Arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, foram representantes, entre outros, desse momento de efervescência reformista da sociedade. Não foram raras as vezes que os governos Federal e Estadual sublinharam a participação patriótica da Igreja e sua ação engajada e comprometida, ao seu modo de ver, com a realidade carente, desorganizada e dispersa. Campanhas sanitárias e de educação rural por todo o Brasil eram promovidas. Queriam-se manter, através da organização do Secretariado em Defesa da Fé, as devoções populares, as folias e as mais diversas expressões religiosas sob controle, já que se considerava o fato de que somente uma religiosidade elevada e uma cultura que ultrapassasse as chamadas superstições, a ignorância e as doutrinas torpes, permitiriam ao povo brasileiro alcançar um estado de progresso e de desenvolvimento comparável aos de outras Nações desenvolvidas.

¹⁵ Cf. BERNAL, Sérgio. Op. cit., p. 32.

¹⁶ COMISSÃO CENTRAL DA CNBB. *A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro*. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 21, fasc. 4, dez. 1961. p. 949.



Contudo, será somente com o advento do Concílio Vaticano II que se começara a vislumbrar uma ação leiga menos subalterna e mais ativa na condução pastoral e da vida da Igreja. Opera-se no discurso de Igreja e na sua estratégia de aproximação também um processo de mudança comportamental e de hábito daquele de quem se deseja aproximar (estudantes, intelectuais, educadores, sindicalizados, operários e agricultores). Estimula-se, afinal, “uma consciência” higiênica, habitacional, alimentar, trabalhista e reivindicadora a partir de uma pastoral especializada, sem pretensões de integrar as classes sociais, mas de lhes dar melhores condições de vida. Uma nova experiência de ação em um meio que não será mais o burguês tradicional e que não coincide nem um pouco com a cultura pastoral, de até então, centrada em rituais litúrgicos, catequese e encontros de congregados em torno da sede paroquial e de suas capelas. Há sem dúvida um movimento de saída do centro paroquial, uma força centrífuga que impele a um engajamento social fora do “território” tradicional da paróquia, buscando levar mudança no novo espaço de atuação. Faz-se uma opção pela inserção social. A pastoral da Igreja assume uma capilaridade tal que distoa daquela baseada na centralidade episcopal.

Pablo Richard assinala que de 1930 até 1964 o modelo de neocristandade passou por duas fases distintas, um primeiro momento populista e outro desenvolvimentista. Segundo o autor, o período populista abriu possibilidades de uma maior aproximação entre os setores médios e populares e a Igreja. Nesse contexto, foi possível perceber a emergência de uma ação católica especializada, agora não mais orientada pelo modelo italiano, dividido por faixa etária e sexo, mas sim pelo modelo franco-belga, organizado por setores ou classes sociais (as juventudes operária, estudantil, universitária, são exemplos dessa nova forma de organização). Foi uma parcela dessa ação católica especializada que nos anos 1960 radicalizou-se e passou a questionar as contradições do modelo de neocristandade.¹⁷

A emergência dessa ação católica especializa no seio da Igreja só foi possível porque, segundo Pierucci, o período compreendido entre os anos 1930 e os últimos anos da década de 1970 fora marcado por intensas mudanças no interior da Igreja Católica brasileira, tanto em sua organização quanto na sua ideologia. Para este sociólogo, ao lado das dimensões litúrgicas, ganhou centralidade a dimensão ético-social

¹⁷ RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 147.



na vivência da Igreja. Esta dimensão da ética social, conseqüentemente política, não esteve dissociada da experiência dos religiosos e leigos e seus engajamentos.¹⁸

No Brasil, essa mudança do papel do leigo começa no pós-1945 e se torna mais clara nas décadas de 1950-1960, por conta dos movimentos vanguardistas como grupos autônomos e organizados (operários, agricultores, jovens, intelectuais), independentemente ligados aos religiosos e certas lideranças do clero secular brasileiro. Esta aproximação pastoral e dialógica permitiu ao leigo ganhar uma dimensão personalizada e atuante no seio da Igreja no Brasil e, somente com a criação do Regional Sul IV, em Santa Catarina. Este novo formato pastoral recolocava a condição sagrada da pessoa e o seu bem-estar social diante da coletividade. E portanto, mesmo considerando o estado atual do debate na sociedade brasileira sobre a reforma da previdência social, ficava claro para a Igreja dos anos 1950 e 1960 a inadmissibilidade de ter que trabalhar sem direitos e garantias sociais e previdenciárias mínimas e condizentes em nome de uma pátria e de um sistema que não divide a riqueza, mas a concentra.

O golpe civil-militar de 1964 pareceu, no seu imediato, amortecer ou mesmo inviabilizar os impactos desta nova ação pastoral da Igreja em vista do desenvolvimento social do país. Esse período ditatorial foi marcado pela repressão, tortura, silêncio, morte e autoritarismo. Em medo vivia-se, calava-se e até, de fato, colaborava-se. Foi a partir desse momento que o capital estrangeiro rapidamente entrou no país, dando a impressão de que um milagre econômico aconteceria. Logo depois, tornou-se perverso, levando os lucros e ajudando a aumentar a concentração de renda. Muitos foram aqueles que acabaram se transformando em vítimas das ilusões reformistas do governo militar. E nem bem completaram-se dez anos de controle do Estado, já se estava às voltas de uma profunda crise econômica, acelerando tanto a organização das mais diversas forças sociais oposicionistas como daquelas que haviam num primeiro momento apoiado o golpe militar de 1964. Começava-se a vislumbrar o horizonte da “lenta abertura democrática”, consolidada somente em 1985.

Se uma boa parcela da Igreja aderiu ao golpe, uma outra, ligada aos movimentos de vanguarda católica, juventude, intelectuais, sindicalistas

¹⁸ PIERUCCI, Antônio Flávio de; SOUZA, Beatriz M. de; CAMARGO, Cândido P. de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986. vol. 11.



e políticos, distanciaram-se e resistiram. Afinal, a força repressora do regime autoritário era inversamente proporcional à sua força de persuasão. Quanto mais se coíbia, menos era a habilidade de persuadir. O governo dos militares, definitivamente, era incapaz de oferecer objetivos claros às pessoas ou de propor padrões de identidade capazes de dar uma direção à coletividade.

O ano de 1968 marcou a guinada da Igreja brasileira para o social. Houve manifestações de protesto e repressão policial em várias partes do mundo; foi o ano de decretação do AI-5, ato institucional que dava plenos poderes ao presidente brasileiro, favorecendo o processo de restrição das liberdades dos anos seguintes; e aconteceram também neste ano as primeiras experiências de constituição das Comunidades Eclesiais de Base. A Igreja brasileira formava então uma posição única, em defesa das liberdades civis e dos direitos humanos. Assim, já no início da década de 70, a Igreja será o principal foco de oposição ao regime militar visto que, devido a sua capilaridade e por ser uma organização mundial, era menos atingida pela censura. Nessa década cresce a importância da CNBB que antes apoiara o golpe e, agora, sob a presidência de Dom Aloísio Lorscheider, transformava-se na principal articuladora de movimentos católicos pela democracia e contra o regime. Alguns desses movimentos foram o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 1972; Encontro Nacional Inter-Eclesial, 1974, que reunia as CEBs; a Comissão Pastoral da Terra, 1975. Todas estas eram entidades autônomas porém indissociáveis da CNBB. Com a nomeação de D. Paulo Evaristo Arns a arcebispo de São Paulo, em 1970, a Igreja assume definitivamente o papel de oposição ao regime militar e de principal adversária, mais poderosa que o MDB, a oposição parlamentar tolerada.¹⁹

Aquele momento histórico estimulou o exercício da criatividade e da imaginação, como um meio de superar algo externo, artificial e arbitrário. Todos começavam a responder ao chamado de sua história, reivindicando estrategicamente um lugar de aparição que colocasse em xeque os papéis sociais convencionados para homens e mulheres.

A ditadura militar apresentou-se como inimiga da vontade de ultrapassar fronteiras. E isso acabou favorecendo o encontro com a alteridade. De maneira inusitada, os diferentes sujeitos sociais puderam aproximar-se, reivindicar seu espaço e visibilidade, mesmo se considerarmos as

¹⁹ ARAÚJO, Camilo Buss. Engajamento social católico em perspectiva: igreja e trabalhadores em Florianópolis – 1945-1992. In: SOUZA, Rogério e OTTO, Clarícia (orgs). *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008. p. 285.



práticas de intolerância, as fobias, os preconceitos e as discriminações. Mas foi nesse momento dos anos 1960 e 1970 que se quis e se pôde ousar, romper com padrões, fazer valer as diferenças. Se as décadas posteriores revelaram uma atmosfera aparentemente democrática e tolerante, deve-se muito àquele momento de resistência à repressão militar.

Aquela realidade, todavia, não veio consolidar um movimento social coeso, uniforme e organizado, pelo contrário, acelerou uma onda de pensamentos discordantes e de diversos projetos alternativos. Se por um lado “todos” tinham a ditadura como o inimigo número um, por outro, não buscaram cultivar e costurar um projeto social comum. Na verdade, queriam a consolidação de seus projetos pessoais e ou de grupo. A possibilidade de sublimar a vontade incontida dos grupos estava descartada. Daí a radicalização de certos movimentos de esquerda e de direita, que no afã idealista não conseguiram deixar para as gerações futuras um “código de diálogo” capaz de operacionalizar as mais contraditórias e incongruentes vontades.

De qualquer forma, a combinação “repressão” e “ousadia” na vida social brasileira oportunizou o “dizer” dos que há muito tempo vinham sendo excluídos da história. As mulheres, os negros, os indígenas e os pobres – os excluídos, na linguagem do cristianismo de libertação – ganhavam um espaço de discussão e atuação, porque deles também se buscava o apoio para manter ou combater o regime. E ao entrarem em cena, esses atores puderam também exigir para si um novo papel social.

Nesse complexo e intrigante exercício dos poderes individuais e institucionais, os “novos” atores sociais começavam a ganhar visibilidade, ora aproximando-se muitas vezes das preocupações do regime militar, ora afastando-se em busca de uma identidade própria, construída a partir de suas vontades. As mulheres, por exemplo, estavam situadas nessa fronteira. Ao mesmo tempo em que lutavam pelos seus direitos individuais e sexuais, viam-se também refêns de uma política demográfica e econômica que visava inseri-las no mercado de trabalho. O controle do seu corpo continuava a ser uma questão fundamental para a economia capitalista. Se na década de 1950 eram estimuladas pelo Estado e pela Igreja a terem muitos filhos, a partir dos anos 1970 os militares, dentre outras instituições sociais, adotariam uma política de controle da natalidade, disseminando e reforçando a ideia da necessidade da contracepção. Além disso, havia a preocupação com a expansão da população pobre e também com o perigo subversivo que esta pobreza poderia trazer.



A exigência de uma experiência direta com a realidade social e empobrecida do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 promoveu uma nova percepção e sensibilidade da Igreja que não poderia ser negada ou olvidada. Havia uma disposição para dialogar e compreender a diversidade social e a presença do laicato na efetivação das ações pastorais que nascia do espírito renovador do Concílio Vaticano II (1962-1965) e dos documentos episcopais de Medellín (1968), nos quais se evidenciavam os efeitos danosos do capitalismo selvagem e a opressão dos regimes autoritários na América Latina. A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. A abertura da Conferência foi feita pelo próprio Papa e marcou a primeira visita de um pontífice à América Latina. Durante a realização da Conferência, foram produzidos 16 documentos, em torno de três eixos temáticos: I) Promoção Humana: justiça, paz, família, demografia, educação, juventude. II) Evangelização e Crescimento na Fé: pastoral popular, pastoral de elites, catequese, liturgia. III) Igreja Visível e suas Estruturas: movimentos de leigos, sacerdotes, religiosos, formação do clero, pobreza da igreja, pastoral de conjunto, meios de comunicação.

Os documentos sobre a Justiça, a Paz e a Pobreza ganharam grande repercussão, já que o Episcopado Latino-Americano afirmou diante da comunidade internacional que não poderia ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantinham a maioria desses povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chegava a ser miséria humana. Irrumpia-se o desejo de uma Igreja voltada aos pobres e a urgência de sua plena libertação. As encíclicas do Papa João XXIII haviam inspirado e animado alguns bispos a rejeitarem o reformismo e a proclamarem uma Igreja dos pobres e com os pobres. Lançava-se o desafio de promover, educar e libertar os povos das estruturas de exploração capitalista. A educação libertadora, segundo o documento dos bispos reunidos em Medellín, deveria “converter o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação era o meio-chave para libertar os povos de toda a escravidão e fazê-los ascender de condições de vida menos humanas para condições mais humanas”.²⁰

É neste contexto social e político que a Igreja de Santa Catarina se encontra e quer propor algo que a faça se aproximar dos novos tempos e

²⁰ II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Conclusões de Medellín*. Porto Alegre: Metrópole, 1968. p. 40.



das novas exigências. O surgimento do Regional Sul IV é uma resposta, em certa medida, da Igreja local ao cenário de empobrecimento do continente latino-americano, de repressão político-militar, de falta de democracia, de rejeição pela chamada “cultura judaico-cristã ocidental”, de repressão sexual e de conservadorismo. E em tempos ditatoriais, o Regional Sul IV responde a esta sociedade com uma dinâmica colegiada, aberta e democrática. D. Afonso Niehues, na condição arquiépiscopal herdada pela vacância da sede, é eleito presidente, o que se repete sucessivamente até 1986, assumindo o compromisso colegiado tão caro ao discurso do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. O Regional Sul IV tem as condições necessárias para seu nascimento.

3 O Laicato sob os novos tempos da CNBB

Conforme o estatuto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, esta entidade é constituída por todos os bispos residentes no país, que na década de 1970, somavam mais de 300.²¹ O estatuto de 1958, que mais tarde sofreu pequenas alterações, rezava que a finalidade desta instituição era:

*Discutir problemas que sejam de competência dos bispos e que sejam de interesse comum, propor normas e coordenar as medidas que promovam a ação uniforme no campo disciplinar e pastoral. E, de forma especial, buscar-se a atualização do apostolado segundo as orientações da Santa Sé.*²²

De sua estrutura burocrática, a Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB é o organismo encarregado de coordenar a aplicação das decisões pastorais definidas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Permanente. É formada por bispos escolhidos para coordenar as linhas de pastoral ou, mais especificamente, as normas e regras de atuação dos membros da Igreja junto aos fiéis.

A CNBB divide-se organizacionalmente em Comissões Episcopais Regionais, formadas por membros da CNBB domiciliados em cada região. Seus membros têm as atribuições de promover a pastoral nas suas regiões, além de fomentar o estudo de assuntos de interesse particular,

²¹ BERNAL, Sérgio. *CNBB: da igreja da cristandade à igreja dos pobres*. São Paulo: Loyola, 1989. p.12.

²² BERNAL, 1989, p. 15.



provendo a adaptação das orientações gerais da Santa Sé e de outros “organismos eclesiais” superiores como, por exemplo, a própria CNBB.

Em Santa Catarina, o Regional da CNBB foi instalado em 02 de janeiro de 1970, sendo designado como Regional Sul IV, visto que, anteriormente, com o Estado do Rio Grande do Sul, formava o Regional Sul III. A Presidência do evento de instalação do Regional esteve sob a responsabilidade do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara.

Estruturalmente tal divisão compunha-se de uma Assembleia Regional (reunião dos bispos), uma presidência (eleita a cada quatro anos), um Conselho Regional de Pastoral e uma Assembleia Anual de Pastoral composta pelos representantes das dioceses sob sua abrangência. Faziam parte do Sul IV as dioceses de Florianópolis, de Lages, de Joinville, de Chapecó, de Tubarão, de Caçador e de Rio do Sul.²³ Estas dioceses aplicavam, no âmbito estadual, as linhas de ação pastoral definidas nacionalmente pela CNBB.

Já as comissões de pastoral são grupos de pessoas encarregadas de realizar o trabalho de direção dos fiéis pelos caminhos da fé. A Comissão Pastoral da Terra, por exemplo, vinculou-se, na linguagem eclesial, à dimensão “profética e transformadora”. Essas comissões eram consideradas agências de pastoreio, ou setores organizados de um aspecto, área ou dimensão pastoral podendo ser criadas por meio da iniciativa episcopal ou da hierarquia local, ou mesmo, por desejo manifesto de um grupo de leigos, passando, conforme o caso, a ser consideradas legítimas pelo regional afeto. Tal abertura em relação à iniciativa dos leigos nos trabalhos pastorais indica certa modernização da Igreja Católica, porque, o ofício de pastorear, tradicionalmente, era função da hierarquia eclesial.

Em seu estudo sobre a modernização da Igreja no Brasil, Vanilda Paiva sugere que para uma melhor compreensão deste fenômeno deve-se levar em conta “o caráter católico, universal da igreja como instituição que reivindica – em nome de objetivos próprios de caráter transcendente – o direito e a liberdade de atuar dentro de sociedades nacionais”.²⁴

O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, é considerado um deste marcos de modificação na forma de agir da Igreja Católica. Paiva afirma que a convocação do Concílio e as orientações ali definidas

²³ Ver CNBB REGIONAL SUL IV. *8º Plano de Pastoral: 1990 – 1994*. Passo Fundo: Berthier, 1990. p. 81-89.

²⁴ PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p.55.



deveram-se às “exigências levantadas pela conjuntura do pós-guerra: a evangelização das massas como remédio contra a massificação, para uma erupção organizada das massas na história – exorcizando o fascismo e evitando o avanço em direção ao socialismo”.²⁵ A Igreja, então, apelava ao laicato para engajar-se nesta nova missão.

Simplificando a questão, nestes termos, a modo de compreensão, a Igreja Católica dos anos 60 conclamava seus fiéis para atuarem no meio social, contra a ameaça que representava o avanço do ateísmo e da secularização, pois uma Igreja sem Deus poderia ser comparada a um corpo sem vida.

Vários estudiosos das políticas eclesiais apontam que, até aquele momento, a hierarquia católica sempre fora muito temerosa em relação à atuação do laicato. Os assuntos da fé, a forma e o conteúdo dos rituais, a administração dos sacramentos e as iniciativas de evangelização eram prerrogativas atribuídas aos clérigos. Estes, no dia de sua ordenação, realizam um pacto de comunhão de pensamento e ação com os bispos e com o próprio Papa com quem os bispos realizam igual compromisso.

Tal modelo de organização tornou-se uma garantia da unidade institucional, mas conduzia a um resultado que se tornou incômodo. Os bispos reunidos no Concílio tentavam, também, equacionar este problema. Surgia, assim, um novo saber sobre o leigo católico, que se pode dizer, fundamentavam-se em certos enunciados extraídos da Bíblia tais como, “*vós sois o sal da terra e a luz do mundo*”, ou seja, o leigo deve ser exemplo de vida. Ou então, *vós sois o “... fermento que leveda a massa...”*, isto é, o cristão deve atuar na sociedade.

A iniciativa de leigos tornava-se possível, legitimada e incentivada depois do Concílio Vaticano II. Postulava-se, ali, que “o leigo é um membro da Igreja e possui um mandato direto de Cristo”.²⁶ Evidentemente, as iniciativas dos leigos, para serem consideradas como legítimas, deveriam realizar-se em conformidade às linhas de pastoral e ao corpo doutrinário da Igreja.

Seja como for, este discurso sobre o leigo foi aprofundado nas decisões dos bispos da América Latina reunidos na cidade de Medellín (1968) e depois em Puebla (1979). No documento final, resultante do encontro de Puebla, afirmava-se que os membros do laicato devem ser

²⁵ PAIVA, 1985, p. 57.

²⁶ Ver *Lumen Gentium*, n. 33/1983.



“agentes da justiça e não só denunciadores da injustiça. A eles cabe a militância partidária”.²⁷ Tal enunciado pode, também, significar certo retorno às antigas orientações pastorais porque ao leigo estaria reservado o espaço da política partidária, ou seja, estes membros do corpo eclesiais deveriam atuar nos partidos e não no espaço eclesial. Mesmo assim, muitos fiéis interpretaram a diretriz como a abertura a um campo de atuação laica que propiciava a criação e o fomento de linhas de pastorais, tais como a profética e transformadora, linhas ‘implementadas’ pela CNBB, na década de 1970.

Podemos considerar a inclusão da dimensão “profética e transformadora” como alteração significativa em termos de História da Igreja Católica no Brasil. Do início do século até os anos 1930, assumira, aprofundara e divulgara certo discurso anti-liberal, anti-comunista, anti-positivista e anti-protestante, cujas matrizes são as encíclicas e exortações apostólicas emitidas naquela época. A hierarquia, naquele período anterior ao Vaticano II, postulava uma nova cristandade cujo passo mais decisivo a ser dado consistia no reconhecimento por parte do Estado da religião católica como culto oficial do povo brasileiro. O surgimento do estado populista, na chamada Era Vargas (1930-1955), propiciou certa aliança entre o Estado e a Igreja.²⁸

Tal consórcio fora almejado por muitos católicos do Brasil, desde o final do século XIX, pois “a política dos positivistas, vitoriosos logo após o início da República, direcionou-se para a separação entre a Igreja e o Estado”.²⁹ Nos marcos da administração, a Igreja empenhou seus esforços na organização “de uma elite intelectual capaz de defender sua posição institucional”.³⁰ Formou-se, assim, nos anos vinte, certa espécie de vanguarda católica composta por intelectuais da classe média, movimento que “adquiriu maior amplitude por volta de 1935 com a Ação Católica”.³¹

Durante os anos 1930, todavia, o projeto da Igreja Católica no Brasil alinhavou-se às orientações da Santa Sé, direção doutrinária

²⁷ Ver Documento de Puebla, n. 793/791.

²⁸ RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 142.

²⁹ MALATIAN, Tereza Maria. *Os cruzados do império*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1988. p. 02.

³⁰ MALATIAN, 1988, p. 42.

³¹ MALATIAN, 1988, p. 43.



baseada nos conceitos de autoridade, ordem e hierarquia. O governo eclesiástico visava à organização corporativa da sociedade destacando o tema família.³² Mas, então, criaram-se os Círculos Operários dos quais foi “pioneiro o de Pelotas, fundado em 1932”³³, a fim de discutir e encontrar soluções relativas ao mundo do trabalho.

Tais círculos, apoiados pelo Governo Vargas, espalharam-se por várias regiões do país, entrando em declínio no final do Estado Novo e sendo substituídos pela Juventude Operária Católica. As duas formas de organização representavam, pois, um movimento bastante restrito ao trabalhismo ‘varguista’.

Sobre estas relações entre hierarquia e Estado, Tereza Maria Malatian diz que,

*A Igreja, que estivera voltada para as elites e atuara pari-passu com o poder temporal no sentido de contenção de reivindicações populares, que se aliara ao poder secular para obter benefícios e procurar assegurar uma posição de interlocutor capaz de influir em decisões que resultassem na ampliação de seu espaço no campo institucional, passou pouca a pouco para uma postura avançada de aproximação com os dominados na busca de maior justiça social.*³⁴

A autora sugere que a hierarquia modificava a sua posição, mas outros especialistas neste assunto, como Eder Sader, asseguram que,

*Enquanto a instituição eclesiástica, comandada por sua hierarquia, permanecia um dos pilares da Ordem, brotavam em seu interior iniciativas que iam num outro sentido. Os grupos de leigos da Ação Católica principalmente a Juventude Universitária e Católica e a Ação Operária vão se ligando às lutas populares, denunciando a injustiça das estruturas vigentes e assumindo progressivamente posturas de contestação política.*³⁵

Portanto, para Sader, a iniciativa da atuação dos católicos em favor das lutas populares partiu mesmo dos fiéis e não da hierarquia. Segundo ele,

³² MALATIAN, 1988, p. 45.

³³ MALATIAN, 1988, p. 46.

³⁴ MALATIAN, 1988, p. 54.

³⁵ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.150.



Ainda quando o objetivo inicial de tais iniciativas parecia simplesmente complementar ao da hierarquia, de combater o marxismo, o materialismo, fazer crescer a influência cristã na sociedade, os vínculos criados produziam efeitos que alteraram o sentido original dessas práticas.³⁶

O que mais importa aqui é que o discurso populista assumido, em parte, pela Igreja abriu a possibilidade de sua aproximação com os setores populares. Isto é, os agentes de pastoral, anteriormente ocupados com a família, com as classes médias e o cuidado espiritual dos fiéis, passaram a construir um discurso relativo às situações de miséria do país.

Aos poucos, este discurso tornou-se crítica ao subdesenvolvimento e postou-se como apoio ao desenvolvimentismo do governo Kubitschek (1956-1961) uma vez que tais propostas foram acolhidas como possibilidade de promoção econômica dos agricultores e operários. Acrescente-se que, como afirma Richard, “a Igreja, identificada com o projeto desenvolvimentista do governo começa a tomar suas distâncias com relação às oligarquias latifundiárias”.³⁷

A coligação entre as duas instituições evidencia-se, por exemplo, por meio do documento emitido pelos bispos do Nordeste brasileiro. Os prelados da região nordestina declaravam que,

No seio das estruturas econômicas e sociais que formam nossa organização política, nosso sistema de economia privada, há terríveis injustiças que levam a declarar sua inteira independência e sua ausência de responsabilidade face a tudo isto ... ela proclama ... que se coloca ao lado dos oprimidos para cooperar com eles em uma obra de recuperação e redenção.³⁸

Sem pretender respostas às hipóteses de que foi a hierarquia através da CNBB, ou se foram os leigos partindo dos grupos de base os responsáveis pelo movimento de aproximação à situação de marginalidade de amplas camadas da população brasileira, parece evidenciar-se que, em certo sentido, o movimento ocorreu de ambas as partes. Entretanto, Pablo Richard indica que com a instauração do regime militar de 1964, a hierarquia católica defrontou-se com estas alternativas:

³⁶ SADER, 1991.

³⁷ SADER, 1991, p. 149.

³⁸ RICHARD, 1982, p.150.



*...ou ela se submete inteiramente ao governo militar e perde toda possibilidade de relação com sua base social popular e seus militantes mais politizados ou pelo contrário, identifica-se com as aspirações sociais e políticas de sua base popular e defronta-se radicalmente com a ditadura.*³⁹

Tinha-se, assim, a Igreja hierárquica confusa, vacilante e dividida; e neste momento de “silêncio”, ou de indecisão da hierarquia, surgiram os novos movimentos cristãos, unindo leigos e alguns bispos, objetivando assumir as “causas populares”. Era a chamada Igreja Popular porque não buscava a legitimação e o reconhecimento do Estado, tal como fizera a Cristandade Populista e Desenvolvimentista.⁴⁰ Surgia, como se diz, “próxima dos problemas vitais do povo”⁴¹ das dificuldades enfrentadas por grande parcela da população tais como, por exemplo, a situação precária da moradia, os problemas do mundo do trabalho, a precariedade dos sistemas de saúde e a situação difícil vivida pelos habitantes da área rural.

4 O papel do leigo nos primórdios do Regional Sul IV (1969-1975)

O tema da pobreza e da fome no continente latino-americano era item de pauta permanente e específico nas discussões da Conferência Nacional e de seus Regionais. Portanto, a questão da reforma agrária, na sua relação direta com o êxodo rural acentuado das décadas de 1960 e 1970, estava posta como condição fundamental de enfrentamento a este drama humanitário. Já no primeiro encontro do Episcopado catarinense, em 18 de março de 1969, em vista de se dar os passos à criação do Regional Sul IV da CNBB, chama a atenção a disposição dos bispos presentes e de um grupo de leigos em criar a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, como era recomendada pela Conferência Geral de Medellín de 1968. De fato, um dos primeiros indícios da participação ativa e inserida dos leigos na estruturação do Regional Sul IV é a presença deles na recém-criada Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz (CAJUP). As metas e prioridades da Comissão de Justiça e Paz eram “a reforma agrária, sindicalismo e cooperativismo, programa habitacional, previdência social, formação de liderança e participação da Igreja no desenvolvimento do

³⁹ RICHARD, 1982, p. 166.

⁴⁰ RICHARD, 1982, p. 164.

⁴¹ RICHARD, 1982, p. 178.



Estado e análise da realidade agrária, realidade política e sociocultural do Estado”.⁴² Como podemos perceber, havia uma vontade da Igreja catarinense com a fundação do Regional Sul IV de estar presente na realidade social para colaborar com seu desenvolvimento, realizando a crítica às estruturas de exploração econômica e fortalecendo os setores da organização trabalhista rural e urbana. Mas para isso, queria que o seu laicato se engajasse e liderasse processos de ação, interferência e transformação política e sociocultural.

Nos registros de atas fica patente a preocupação com a questão fundiária no Estado. D. Anselmo, Bispo de Tubarão, fez comentários sobre a exigência de uma reforma agrária, D. Afonso sobre a falta de conscientização, organização e participação da população e D. Gregório, Bispo de Joinville, falou sobre a falta de união dos políticos catarinenses para resolver os problemas que afligem a agricultura no Estado. O tema da reforma agrária foi um dos que mais suscitou debates na primeira assembleia do episcopado já sob o Regional Sul IV. D. Anselmo afirmou que 95% da agricultura catarinense era baseada em médios e minifúndios, “daí não existir grande razão desta reforma no Estado”, todavia o fluxo migratório de agricultores para zonas urbanas era uma preocupação permanente, exigindo medidas emancipatórias e de melhorias sociais para a fixação das pequenas famílias proprietárias ao campo e procurando evitar-se, assim, o êxodo rural e o empobrecimento dramático daquelas famílias. D. José, Bispo de Chapecó, por sua vez, assinalou que no Oeste catarinense havia grandes diferenças em relação ao restante do Estado, tendo propriedades com mais de cinquenta hectares, muito diferente da média estadual de dez hectares. Portanto, indiretamente, afirmava que a reforma agrária naquela região era uma prioridade. O bispo de Chapecó ainda lembrou que para o colono catarinense alguns problemas eram cruciais, como a “conscientização, o trabalho técnico, endemias sociais, alimentação inadequada, trabalho infantil, perda de capitais, máquinas inadequadas”. Portanto, para o prelado do Oeste, “devia haver a promoção do colono e não a sua exploração”.⁴³

Desta primeira reunião houve a intenção de criar Comissões de Justiça e Paz nas dioceses, especialmente em Tubarão e Chapecó. Nestas comissões deveriam integrar-se leigos que participassem efetivamente das discussões do Plano Pastoral, embora fossem um tipo de leigo

⁴² REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 02.

⁴³ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 02.



especializado (sociólogo, agrônomo, engenheiro, médico) e na maioria das vezes um membro da elite intelectual. A razão por este tipo de leigo especializado estava atrelada à própria metodologia do «ver, julgar e agir» que requeria procedimentos de averiguação científica e análise sociológica. Por isso, havia a intenção de criar um núcleo do CERIS em cada diocese para reunir dados, analisar e interpretar. Afinal, o Vaticano e a Caritas trabalhavam somente com dados estatísticos e qualquer abertura de novas obras e investimentos deveriam vir acompanhados de apuração estatística. No Estado de Santa Catarina, o CERIS era coordenado pelo professor Guido Wasken.

Os ventos de renovação na Igreja Católica catarinense atingiram também a música sacra. A partir destas orientações de justiça e paz e de construção de uma sociedade voltada ao desenvolvimento integral da pessoa humana e do bem-estar social, as músicas sacras executadas nos cultos e celebrações litúrgicas foram consideradas inadequadas. O maestro José Acácio Santana (maestro da UFSC e da Comissão Arquidiocesana da Música Sacra), presente neste momento fundador do Regional Sul IV, analisou os cantos executados e concluiu que eram «individualistas» e asseverou que “o canto da Igreja deve ser uma vivência e seu sentido ligado ao sentimento dos outros em justiça, paz e liberdade. A própria música e os compositores devem colocar-se a serviço do povo e da Igreja”.⁴⁴

Ademais, um outro tipo de leigo engajado se impunha à própria realidade da Igreja. Vinha das periferias, dos sindicatos e outros espaços de pouca presença ativa do clero catarinense. Tratava-se de um grupo pouco notado, mas que ganhava força e espaço no meio eclesial. Foi assim que já no primeiro encontro para a formalização do Regional Sul IV, ficou nítido como uma das principais linhas pastorais o “aproveitamento de todos os elementos possíveis, incentivando a criação das Comunidades de Base, a exemplo das vivências em Joinville”.⁴⁵ Na segunda Assembleia Geral do Regional Sul IV, realizada em Lages, entre 13 e 17 de abril de 1971, voltou-se a falar das CEBs e se viu a possibilidade de ampliar o conceito para grupos de reflexão, entreajuda e engajados à cristianização das metas societárias.⁴⁶ Na terceira Assembleia realizada em Florianópolis, entre 10 e 14 de abril de 1972, os leigos quase não

⁴⁴ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 04.

⁴⁵ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 06.

⁴⁶ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 15.



aparecem. Falou-se superficialmente de uma pastoral familiar, na pastoral da juventude e na pastoral vocacional. Quanto às CEBs, existiu um desejo direcionar verticalmente o movimento. A reunião registra um plano de produção e expedição de “um material mentalizador sobre CEB para as dioceses promoverem treinamentos apropriados”.⁴⁷

Na quarta assembleia realizada também em Florianópolis, entre os dias 12 e 14 de outubro de 1972, há uma proposta de revisão das ações do Regional com a “tarefa prioritária de o todo da igreja, muito especialmente da hierarquia, de preparar leigos capacitados a conscientizar o povo e levá-lo à procura de solução”. Nota-se uma preocupação com a formação e orientação do leigo que se engaja na atividade pastoral, procurando “atender ao cultivo pessoal dos agentes de pastoral, pois só com pessoas equilibradas se constituem grupos equilibrados e aptos ao trabalho”. E é neste sentido que “o grande número de capelas rurais existentes que se prestam para um tipo de Comunidade de Base, devem criar e desenvolver nelas os serviços básicos para o crescimento da vida humana e cristã”.⁴⁸

Será somente na quinta Assembleia Geral dos bispos de Santa Catarina, realizada em Lages entre os dias 15 e 19 de outubro de 1973, que aparecerá com mais detalhes elementos da participação dos leigos e principalmente de temas de ação social, não apenas de aspectos sacramentais, vocacionais e teológicos, que ocuparam as assembleias anteriores. Haverá, por exemplo, a preocupação com as pastorais da juventude e do menor, pastoral urbana, rural, operária, estudantil e universitária. Os bispos “sentiram a necessidade de participar das angustias e alegrias do povo para descobrirem aqui e agora os caminhos da encarnação e libertação”. Nessa reunião também aparece como objetivo o de “elevar o grau de consciência da história e a decisão de nela influir, ampliar o entrosamento dos leigos e religiosos na Pastoral e atender muito mais o leigo em seu ambiente e em seu trabalho”.⁴⁹

Em Jaraguá do Sul, entre os dias 14 e 18 de outubro de 1974, os bispos reunidos na sexta Assembleia Geral do Regional Sul IV levantaram a seguinte pergunta: “que tipo de cristãos tentamos preparar para a missão da Igreja?” Na revisão autocrítica dos cinco anos de Regional, “o grupo

⁴⁷ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 22.

⁴⁸ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 25.

⁴⁹ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 30-34.



sentiu uma defasagem entre a realidade concreta e a ação pastoral. Esta não responde à necessidade. Ficam, como saldo, muitas preocupações frente a esta situação”. Por isso, “a ação social – dependendo da realidade local – poderá assumir outras feições, como sindicato, cooperativa”.⁵⁰ Os jovens aparecem como foco importante desse encontro. Assim, quando foi abordada a questão da pastoral da juventude, perguntou-se o seguinte: “é válido separar o jovem de seu ambiente? É melhor atender a faixa etária ou focar o ambiente em que o jovem vive?”. Afinal, a “inserção nos ambientes, através de permanente evangelização e profetismo, deveria permitir a transformação das estruturas”.⁵¹

Na sétima Assembleia Geral dos bispos de Santa Catarina, realizada em Lages entre os dias 27 e 31 de outubro de 1975, há uma importante reflexão sobre a ação pastoral, que inclusive soa como um retrocesso em relação ao papel dos leigos na Igreja. “Partindo da ação pastoral concreta: sacramentalista, atividades de construções, catequese, verificamos que nos perdemos nas metas e linhas de ação. Há, por isso, necessidade de redefinir, considerando as múltiplas ações e as competições para angariar plateia, verificadas na sociedade, pode ocorrer que entremos na mesma linha de competição, em vez de assessorar as pessoas para que sejam pessoas libertas e possam iluminar suas vidas a partir de diferentes ministérios”.⁵² O registro dá a entender que se almejava voltar a uma ação puramente sacramentalista e catequética, pois haveria outras iniciativas que visavam apenas “angariar plateia”. Por outro lado, contraditoriamente, advogava-se que somente uma volta a uma ação catequética e sacramentalista poderia promover a libertação.

De fato, esta constante revisão da ação pastoral do Regional Sul IV sinaliza para muitas questões e sugere muitas possibilidades interpretativas diante de um discurso muitas vezes ambíguo. No entanto, parece certo que os diversos espaços de atuação do laicato em Santa Catarina, abertos e delegados pela hierarquia eclesial, permitem identificarmos a existência de lugares de reprodução de injustiça, permanência e letargia de uma sociedade adormecida pelos abusos de governo e a existência de lugares de resistência, ruptura e luta pela justiça social. Esta ambivalência é muito própria de uma instituição plural e que abriga um universo

⁵⁰ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 36-38.

⁵¹ REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 40 e 41.

⁵² REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980. p. 47.



de sujeitos de fé com concepções e posturas de vida distintas, mesmo buscando conservar sua unidade.

Considerando o contexto do regime militar e os impactos do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín na Igreja de Santa Catarina, muito há que se estudar e analisar para entender a preocupação com a simplificação litúrgica e ritualística, mobilizando jovens para esta ação dentro do espaço do sagrado e voltada a uma pastoral intimista de grupos sociais específicos, especialmente da elite político-econômica. Há também que se pensar sobre a atuação de leigos e padres nos meios de comunicação, lugar do conservadorismo e repressão em época de censura. Os meios de comunicação no Brasil reproduziam no período ditatorial um formato e formatavam um modo de agir social que a Igreja não compartilhava integralmente, mas que ao entrar neste meio também convalidava este mesmo modo de agir. Quem ocupava este espaço estava aberto e susceptível a estas visões de mundo e compartilhavam ideias semelhantes e legitimavam-nas.

Por outro lado, o Regional Sul IV desde seus primeiros dias reconhecia o empobrecido e, especialmente, o agricultor como sujeito de uma ação, muito embora fosse visto como alguém a ganhar uma consciência advinda dos círculos de formação. Fomentava também os movimentos de jovens a saírem do espaço do sagrado e alcançarem o espaço social carente. Ademais, criar CEBs, através dos círculos bíblicos, grupos de reflexão e formar agentes de pastoral em todos os níveis sempre foram prioridades que acompanharam o objetivo geral do Regional Sul IV da CNBB até 1984, quando houve um acréscimo: ‘desenvolver a Pastoral Social – CPT, CPO, CJP, CIMI, CPP, CPS, etc. – com ênfase especial a CPT e CPO’. Isso fez impulsionar o fortalecimento do trabalho de base, além do protagonismo dos leigos em novas frentes de evangelização com o viés libertador previsto no objetivo geral. E por conta das limitações deste trabalho e com o propósito de contribuir ainda com a história do Regional Sul IV, faremos uma breve abordagem sobre a CPT em Santa Catarina.

5 A CPT-SC: o desdobramento das ações pastorais do Regional Sul IV voltadas às questões fundiárias

Como chamamos atenção, desde os primeiros momentos da formalização do Regional CNBB Sul IV em 1969, o debate sobre a reforma



agrária, a previdência rural, as CEBs e a criação das Comissões de Justiça e Paz nas dioceses tornaram-se pontos nevrálgicos das preocupações e das ações do Regional. A consequência mais evidente e material desta linha de discussão foi a criação da Comissão Pastoral da Terra em Santa Catarina.

O padre Cleto João Stulp e seu confrade Ivo Pedro Oro, vinculados à diocese de Chapecó, assim se referem àquele momento: “os grupos da reflexão... se expandiam pelo Oeste afora... o clima social era favorável a uma prática nova”.⁵³ Os dois sacerdotes narram que,

Os primeiros encontros de agricultores, específicos sobre sua realidade foram realizados em Chapecó (julho/78) e São Miguel do Oeste (agosto/78). Cada grupo teve 40 participantes. Partia-se do andamento dos grupos de reflexão e das dificuldades na vida do agricultor.⁵⁴

Podemos dizer que os grupos de reflexão funcionavam como espaços de difusão do discurso em favor do engajamento cristão na luta pela transformação da sociedade. Eram compostos por dez ou vinte famílias e neles, discutiam-se os “problemas da comunidade” fazia-se a reflexão bíblica e “partia-se para a busca de soluções”.⁵⁵

O clima social a que Cleto e Ivo referem-se era a situação dos agricultores frente à política de modernização da agricultura. Tratava-se da tentativa de integrar a pequena propriedade ao movimento de industrialização rural e de ‘tecnologização’ da agricultura. A redução gradativa dos recursos destinados a investimentos na pequena agricultura era outro elemento da mesma conjuntura. Temáticas discutidas pelos participantes destes encontros que, também, debatiam sobre os rumos da ação pastoral católica frente às situações de pobreza dos agricultores catarinenses.⁵⁶ Ali mesmo, acharam por bem criar uma comissão que se encarregasse especialmente de atender as demandas pastorais do campo nos moldes da Comissão Pastoral da Terra, fundada em 1975, na cidade de Goiânia/GO.

⁵³ STULP, Cleto J. e ORO, Ivo P. *CPT: Sua história e atuação*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós graduação em Educação Popular e Compreensão da Realidade Social apresentado ao Centro de Ensino Superior da Fundação de Ensino e Desenvolvimento do Oeste. Chapecó, SC, 1990. p. 05.

⁵⁴ STULP; ORO, 1990.

⁵⁵ Sobre grupos de reflexão na periferia de São Paulo ver SADER, Eder. Op. cit., p. 163.

⁵⁶ Ver Relatório do IV Encontro de Pastoral Rural e Suburbana, novembro de 1977 (Arquivo CPT/SC).



Assim, instituiu-se a CPT catarinense. Era o mês de novembro de 1977, por ocasião do IV Encontro Regional de Pastoral Rural e Suburbana, realizado na cidade de Lages. Por estar ligada à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), portanto, vinculada à hierarquia católica e por tratar-se de uma pastoral, a CPT construiu um discurso embasado nos pressupostos teológicos do catolicismo, mas abria-se espaço e até se incentivava a participação de membros de outras religiões.

Além do caráter ecumênico, o discurso da CPT extrapolava ao quadro dos cuidados espirituais que é uma das positivities da teologia clássica. Suplantava o tradicional dualismo antropológico da teologia cristã na qual o ser humano é representado como uma montagem constituída por um corpo e uma alma. No lugar desta imagem dual, a nova teologia ao invés de ressaltar a separação, enfatizava a união das partes.

Assim, os pressupostos teológicos da CPT expressavam-se em enunciados tais como: um corpo que apresenta as deformações das carências materiais não pode conviver com uma alma perfeita e sem carências. Em outras palavras, não se poderia pregar o evangelho, o ‘remédio da alma’, a uma pessoa atormentada pela fome ou por dificuldades ‘causadas pelos sistemas políticos e econômicos’.

Tais enunciados demarcavam uma mudança no discurso ou na forma de racionalizar e planejar a existência. De uma tematização e ingerência no campo moral passou-se a uma aproximação com outros aspectos das relações cotidianas tais como as formas de enfrentar as carências diárias das populações empobrecidas.

A Comissão discursava sobre si mesma como um organismo de Igreja a serviço dos agricultores, ou das “classes sociais mais empobrecidas: os camponeses e sua diversidade, os assalariados rurais e sua diversidade e os que estão em trânsito entre estas duas condições (migrantes, pequenos proprietários, temporariamente assalariados)”.⁵⁷ Os membros da CPT definiam-se, também, como partícipes de um grupo de cristãos que têm animado outras entidades a assumirem a causa dos lavradores, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica.

Suas atividades desenvolveram-se nas comunidades rurais por meio dos agentes de pastoral contratados ou voluntários. Produziu-se,

⁵⁷ MARTINS, Jose de Souza e PERANI, Cláudio. *Sonhos e desejos dos lavradores: desafios para a CPT*. São Paulo: CPT/Loyola, 1992. p. 23.



então, uma forma própria de agir à qual poderíamos melhor definir como formação de opinião para o que a entidade mesma chamava de “capacidade das classes sociais empobrecidas do campo assumirem sua própria história”.⁵⁸

A proposta de uma nova prática pastoral como apontamos anteriormente, havia surgido em 1975, na cidade de Goiânia (GO), a partir do encontro de lideranças cristãs, leigos e religiosos, de várias regiões do Brasil, reunidos a fim de “traçar as linhas básicas para atitudes práticas e pastorais, face ao conflito existente e latente entre empresas agropecuárias e posseiros, bem como das migrações internas decorrentes daqueles conflitos”.⁵⁹ Uma das regiões que mais chamava a atenção dos participantes do “encontro fundador” era aquela conhecida como Araguaia-Tocantins onde eram intensos os conflitos entre agricultores, proprietários de terras e grileiros.

Portanto, a pastoral da terra em Santa Catarina surgia como movimento de modernização religiosa dentro do escopo inicial do Regional Sul IV e sob o signo da Teologia da Libertação. Um conjunto de enunciados que merece ser bem situado, pois os criadores da CPT planejavam enfrentar os conflitos existentes entre as empresas agropecuárias e os posseiros e igualmente, estancar o êxodo rural. Devemos, portanto, considerar que não se tratava de um grupo de posseiros empreendendo a sua própria forma de organização política. Nem mesmo, consistia em uma coligação de empresários reunindo-se para enfrentar seus problemas. Eram alguns cristãos que se propunham a interferir em um conflito a fim de eliminá-lo.

Os agentes leigos de pastoral pretendiam ter sua base de ação na experiência de vida da “gente explorada do campo”, na sua cultura, na sua fé e na sua capacidade de assumir a própria história.⁶⁰ Falar da experiência de vida dos agricultores e de sua cultura como a base da ação pastoral, no entanto, indica uma proximidade com as formas não racionalizadas de viver o dia-a-dia. Implica uma aproximação aos jogos cotidianos dos agricultores que deve dar-se conta do pensamento mítico, do politeísmo e da ironia presentes nos discursos destes homens e mulheres da roça, ou então das chamadas comunidades rurais.

⁵⁸ Sobre a ação política da CPT/SC ver CPT/SC. *A Prática de organização e ação política na CPT/SC*. Lages: Grafisserra, 1992.

⁵⁹ CPT/SC, 1992, p. 04.

⁶⁰ CPT. *Conflitos no campo – Brasil/1991*. Goiânia: CPT/ Loyola, 1991.



A CPT realizava suas atividades nestes locais seguindo o método do trabalho de base e, nisto, adotava semelhante ‘caminho’ utilizado, por exemplo, pela extensão rural e pela agroindústria. Em geral, iniciava-se por uma reunião onde se fazia o levantamento das dificuldades vividas pelos agricultores. Partia-se, então, para a busca de soluções dos problemas detectados, mas diferentemente, os agentes de CPT recorriam ao canto e à celebração ritual. Mesmo nas reuniões de comunidade e nos cursos de formação política era comum o uso de canções, rezas e a narrativa de algumas histórias bíblicas.

A Comissão Pastoral da Terra fora criada, em meados da década de 70, como resposta às discussões iniciais do Regional Sul IV da CNBB para fazer frente aos conflitos surgidos entre os agricultores e as empresas rurais. Produziu, igualmente, um saber sobre a realidade agrícola brasileira. No Estado de Santa Catarina, a pequena propriedade foi um dos temas centrais desta produção discursiva que seguia suas próprias regras de formulação. O vínculo institucional da CPT era de outra ordem, diferente daquelas outras agências promotoras da modernização tecnológica.

O saber da pastoral vinculava-se a outras áreas do conhecimento, principalmente à teologia e a certas teses da sociologia marxista. A teologia clássica, no entanto, sofrera algumas modificações desde a realização do Concílio Vaticano II, em meados dos anos 60. A mudança mais significativa em relação às condições de possibilidade de emergência do discurso da CPT, talvez, tenha sido a nova forma de enunciar o papel do cristão leigo na vivência da fé católica. As teses do Concílio sugeriam que o leigo recebera o mandato direto de Cristo a fim de uma participação ativa na vida política. O cristão deveria transformar a sociedade em que vivia, o que não significava, necessariamente, um apelo à modificação das estruturas sociais.

Alguns setores da Igreja da América Latina, do Brasil e de Santa Catarina compreenderam que tais transformações deveriam acontecer em termos de modificações nas estruturas políticas e econômicas, geradoras do subdesenvolvimento e da pobreza. O discurso da CPT derivava desta interpretação teológica. Em termos de justificativa para o desenvolvimento, por exemplo, afirmava-se que o subdesenvolvimento era uma situação indesejada por Deus que reprovava o sofrimento dos agricultores, porque, sendo Pai não haveria de querer que seus filhos sofressem. Mais especificamente, várias áreas do saber teológico estavam



implicadas na produção do discurso, tais como: a eclesiologia, a cristologia, a escatologia, a dogmática e a exegese bíblica. Da aplicação do saber cristológico resultava que os agricultores, as lideranças dos movimentos populares e os agentes de pastoral mortos no conflito de terra eram considerados mártires e que “ressuscitariam” na luta do povo. Semelhante emprego teológico fora efetuado em território catarinense, no início do século XX, pelos caboclos envolvidos na Guerra do Contestado. Diziam que seus líderes reviveriam e com o exército encantado de São Sebastião, destruiriam os inimigos.

A cultura cabocla era condenada pelos agenciadores do discurso do desenvolvimento, mas os agentes de pastoral consideravam a experiência de organização social dos caboclos do Contestado como manifestação da vontade divina na terra catarinense. O discurso em favor da cultura cabocla e da pequena propriedade tradicional expressava-se por meio de um conjunto de enunciados identificado como Teologia da Terra. Nele, as narrativas bíblicas do êxodo, do dilúvio, da terra prometida e do paraíso serviam como fundamento. Os latifundiários e a empresa rural eram considerados como responsáveis pela situação difícil dos agricultores e pela migração destes para a periferia das cidades.

A fundamentação nas narrativas bíblicas conferia as características básicas do discurso da CPT em Santa Catarina. A realização da “utopia” pastoral ocorreria por meio da conservação e da ‘implementação’ da pequena propriedade de tipo cabocla, onde o agricultor viveria harmoniosamente no meio dos animais e próximo à natureza preservada. A tecnologia proposta pelo desenvolvimentismo representava a negação do sonho pastoral.

Os agentes de pastoral utilizavam-se insistentemente das narrativas na sustentação teológica da ação pastoral, provocando certa ruptura com as racionalidades do catolicismo e do desenvolvimentismo. Assim, os agricultores catarinenses passaram a ser identificados como aquele povo que escapou da opressão do faraó e saiu em busca da Terra Prometida. Tratava-se de quebrar a linearidade histórica comum à teologia tradicional, pois o Egito do faraó não se encontrava a três milênios distantes, mas ali, no cotidiano, no presente dos agricultores. Seu nome era agroindústria. A Terra Prometida igualmente não se localizava no final da caminhada pelo deserto e sim na vida da pequena propriedade, que despontou como tema de outros discursos.



6 Considerações finais

A possibilidade de redemocratização de 1985 recolocou a necessidade ativa do laicato nas ações da Igreja em Santa Catarina. Um novo contexto social e político se abriu diante dela. O final da década de 1970 e a década de 1980 trouxeram outras exigências pastorais que comportavam novos problemas. O planejamento participativo tornou-se exigível, empregando a metodologia «ver-julgar-agir-avaliar» e valorizando a participação do leigo.

Os fins dos anos 1960 até meados da década de 1970 foram de criação e organização do Regional Sul IV da CNBB, permitindo o fortalecimento, a colegialidade e a unidade dos bispos diocesanos e suas pastorais. Este entusiasmo de renovação – baseado nas formulações do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín e em meio a um aparato repressivo de Estado militar – alertou sobre a importância de pensar o papel e a contribuição do leigo na ação pastoral da Igreja e sobre a importância de uma atuação no campo social, direcionadas à reforma agrária e ao desenvolvimento de bem-estar social da população em geral.

No entanto, verificou-se a pouca eficiência e penetração desta ação, levando o próprio Regional a realizar diversas revisões da atuação pastoral. Outros movimentos de Igreja de correntes próximas aos valores da classe média brasileira parecem ter dispersado estas primeiras preocupações e estes objetivos iniciais, ficando a comissões específicas, criadas posteriormente como a CPT, a formalização da ação. A opção preferencial pelos pobres estava engessada nesta ambivalência estrutural dentro do próprio núcleo central do Regional Sul IV.

*Aquele retardou tanto pra começar a dizer
que pensei fosse ficar para sempre calado.
(Grande Sertão: Veredas)*

Referências bibliográficas

- ALVES, Márcio Moreira. *Igreja e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BERNAL, Sérgio. *CNBB: Da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres*. São Paulo: Loyola, 1989.



BESEN, José Artulino. *D. Joaquim Domingues de Oliveira: traços biográficos, linha de pensamento, antologia*. Florianópolis: IOESC, 1979.

COMISSÃO CENTRAL DA CNBB. A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 21, fasc. 4, dez. 1961.

II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Conclusões de Medellín*. Porto Alegre: Metrópole, 1968.

CNBB Regional Sul IV. *8º Plano de Pastoral: 1990-1994*. Passo Fundo: Berthier, 1990.

CPT. *Conflitos no campo – Brasil/1991*. Goiânia: CPT/ Loyola, 1991.

CPT/SC. *A Prática de organização e ação política na CPT/SC*. Lages: Grafisserra, 1992.

FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986. vol. 11.

MALATIAN, Tereza Maria. *Os cruzados do império*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1988.

MARIAE, Servus. *Para entender a Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINS, Jose de Souza; PERANI, Cláudio. *Sonhos e desejos dos lavradores: desafios para a CPT*. São Paulo: CPT/Loyola, 1992.

OLIVEIRA, D. Joaquim D. Glória a Deus, paz na terra. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 de janeiro de 1961.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PORTELLI, Hugues. *Os Socialismos no Discurso Social Católico*. São Paulo: Paulinas, 1990.

REGIONAL SUL IV. *Livro de atas nº 1*. Florianópolis: s. ed., 1969-1980.

RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SECRETARIADO NACIONAL DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA. *Cadernos da ACB*. Documento Base. Rio de Janeiro, s. ed., 1964.



SEGNA, Egidio Vittorio. *Análise Crítica do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

SOUZA, Rogério e OTTO, Clárcia (Orgs). *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, p. 285.

STULP, Cleto J. e ORO, Ivo P. *CPT: Sua história e atuação*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós graduação em Educação Popular e Compreensão da Realidade Social apresentado ao Centro de Ensino Superior da Fundação de Ensino e Desenvolvimento do Oeste. Chapecó, SC, 1990.